

PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS

CÓDIGO - 2026/1905

CURSO AUTISMO E NEURODIVERGÊNCIAS

2026/1905 – AUTISMO (TEA) E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS: PAPEL DO PODER PÚBLICO NA INCLUSÃO E NO ATENDIMENTO DE PESSOAS NEURODIVERGENTES

Os Desafios e o Papel do Poder Público (Legislativo e Executivo) no Cumprimento e Implementação de Políticas Públicas de Inclusão - neurodivergências (TEA, TDAH, Dislexia, Discalculia e altas habilidades/superdotação e mais), uso de inteligência artificial para análise de projetos de lei, captação de recursos, parcerias e temas relevantes

DATA DE INÍCIO: 19/05/26

DATA DE CONCLUSÃO: 22/05/26

Porto Alegre

Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354, Centro, Porto Alegre-RS

[INSCREVA-SE](#)

[VEJA O TEMÁRIO](#)

[RESERVE HOTEL](#)

[GERAR PDF DA PÁGINA](#)

Caso não gerar o PDF, solicite via WhatsApp (51) 9999.15809



[SUGERIR O CURSO A UM COLEGA](#)



CURSO DE INCLUSÃO E NEURODIVERGÊNCIAS – O PAPEL DO PODER PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Este curso foi desenvolvido para capacitar gestores, vereadores, assessores e servidores na compreensão e implementação de políticas públicas de inclusão voltadas às neurodivergências. O programa abrange Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH, Dislexia, Discalculia, altas habilidades/superdotação e outros quadros, destacando os desafios enfrentados pela sociedade e o papel essencial dos Poderes Legislativo e Executivo. O curso promove reflexões sobre legislação, direitos fundamentais, educação inclusiva, acessibilidade, políticas intersetoriais, monitoramento de indicadores e participação social, preparando os participantes para elaborar e fiscalizar políticas que assegurem a inclusão plena.



METODOLOGIA

Aula expositiva e debates. Essa abordagem permite

[Comece uma conversa](#) [jivochat](#)



INVESTIMENTO

R\$ 1490,00



CARGA HORÁRIA

Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cum

ATENÇÃO IMPORTANTE! Retenção x
IRRF
O boleto será emitido com o valor do IRRF devidamente descontado. O valor acima é o valor bruto, e o boleto será emitido com o valor já descontado o IRRF

rece...
certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.



PROGRAMAÇÃO

Terça-feira:

11h – Credenciamento, Retirada de Material
14h:00min – 17h00min: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h:50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

08h:30min – 10:30h: Turno de Aula
11h: Entrega do Certificado.



DADOS DE EMPENHO

INLEGIS – Consultoria e Treinamento
CNPJ: 30.050.141/0001-80.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre

EMAIL: financeiro@inlegis.com.br

FONE: 51-3015-5809

Política de Cancelamento: x

Nos avise com 24h de antecedência. Não havendo cancelamento nesse prazo, **poderá ser cobrada taxa.** Cursos gratuitos não têm taxa. Para cancelar: (51) 9999.1.5809 – Chamar no WhatsApp



PÚBLICO ALVO

Destinado a todos os profissionais envolvidos na gestão pública municipal, incluindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores Públicos, Agentes Administrativos, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Secretário Saúde e Gestores, Diretores de Departamento, Secretários Municipais, Procuradores Jurídicos, Comissão de Orçamento, Comissão de Licitação, Pregoeiros, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Controladores Internos, Assessoria de Imprensa, Oficiais de Gabinete, telefonistas, recepcionistas, atendentes ao público, técnicos de informática, técnicos em contabilidade, servidores de Procons Municipais, Serviços Gerais e todos os demais profissionais do setor público municipal que buscam aprimoramento e atualização nos temas administrativos, jurídicos, e legislativos.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA DATA? CADASTRE-SE

MAIS INFORMAÇÕES

INTRODUÇÃO À INCLUSÃO E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

INSTRUTOR

INTRODUÇÃO À INCLUSÃO E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

CONCEITO DE INCLUSÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA INCLUSÃO NO BRASIL

PRINCÍPIOS DA INCLUSÃO

PAPEL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NA INCLUSÃO

NORMAS INTERNACIONAIS: CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI) – LEI Nº 13.146/2015

OBJETIVOS DA LBI

DIREITOS FUNDAMENTAIS GARANTIDOS PELA LBI

ACESSIBILIDADE: DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA

ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE URBANO

ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

TECNOLOGIA ASSISTIVA E INOVAÇÃO

DIREITOS TRABALHISTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

SAÚDE E REABILITAÇÃO: ACESSO E QUALIDADE

CULTURA E LAZER: PARTICIPAÇÃO PLENA

TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE RESIDENCIAL

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO COTIDIANO

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA

LEI Nº 12.764/2012 – POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

DIREITOS ESPECÍFICOS PARA PESSOAS COM TEA

PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO: DEFINIÇÃO E

ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS CULTURAIS E DE LAZER

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À SAÚDE E REABILITAÇÃO

ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE E REABILITAÇÃO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO AO TRABALHO

POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA COMUNICAÇÃO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À MOBILIDADE

INFRAESTRUTURA URBANA E TRANSPORTE ACESSÍVEL

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

ACESSIBILIDADE NAS ELEIÇÕES E PROCESSOS DEMOCRÁTICOS

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

MECANISMOS DE DENÚNCIA E REPARAÇÃO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ACESSO A CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA

APOIO JURÍDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO SOCIAL

REDES DE APOIO E SERVIÇOS SOCIAIS



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas.

IMPORTÂNCIA

LEI Nº 13.977/2020 – CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (CIPTEA)

OBJETIVOS DA CIPTEA

PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DA CIPTEA

BENEFÍCIOS DA CIPTEA PARA O PORTADOR DE TEA

LEI Nº 13.409/2016 – RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

APLICAÇÃO DA LEI EM CURSOS TÉCNICOS E SUPERIORES

IMPACTOS DA LEI NAS MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

LEI Nº 13.146/2015: ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

APOIO PSICOPEDAGÓGICO E AEE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO ACESSÍVEL

ADEQUAÇÃO DE VEÍCULOS E INFRAESTRUTURA URBANA

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À HABITAÇÃO ACESSÍVEL

NORMAS TÉCNICAS PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS ACESSÍVEIS

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO AO LAZER E CULTURA

REDES DE APOIO E SERVIÇOS SOCIAIS

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA O ABUSO E NEGLIGÊNCIA

MECANISMOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PARTICIPAÇÃO NA VIDA CULTURAL E RECREATIVA

ACESSIBILIDADE EM EVENTOS CULTURAIS E RECREATIVOS

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA O TRABALHO INFANTIL E EXPLORAÇÃO

MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA O CASAMENTO INFANTIL E GRAVIDEZ PRECOCE

MECANISMOS DE PREVENÇÃO E APOIO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA A TORTURA E TRATAMENTO CRUEL

MECANISMOS DE PREVENÇÃO E DENÚNCIA

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL

MECANISMOS DE PREVENÇÃO E APOIO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

MECANISMOS DE PREVENÇÃO E APOIO

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE

LEI Nº 13.146/2015: DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE

ASPECTOS PRÁTICOS E APLICAÇÕES LOCAIS IMPLEMENTAÇÃO DA LBI NO MUNICÍPIO

ASPECTOS PRÁTICOS E APLICAÇÕES LOCAIS
IMPLEMENTAÇÃO DA LBI NO MUNICÍPIO

EXEMPLOS DE MUNICÍPIOS COM BOA PRÁTICA
EM INCLUSÃO

INSTRUTOR



CRIAÇÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE INCLUSÃO

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM INCLUSÃO

ADAPTAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA ACESSIBILIDADE

PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS INCLUSIVOS

APOIO A ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARA INCLUSÃO

PROGRAMAS DE EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ESTABELECIMENTO DE CENTROS DE REABILITAÇÃO E APOIO

CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS

CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE INCLUSÃO E DIREITOS

MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

ORÇAMENTO PÚBLICO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA INCLUSÃO

LEI Nº 10.098/2000 – NORMAS GERAIS DE ACESSIBILIDADE

DECRETO Nº 5.296/2004 – REGULAMENTA A LEI DE ACESSIBILIDADE

ADAPTAÇÃO DE ESCOLAS PARA ESTUDANTES COM TEA

APOIO ESCOLAR: RECURSOS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

INCLUSÃO EM ESPAÇOS DE LAZER E ESPORTES

TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL ACESSÍVEL

EXEMPLOS DE APLICAÇÃO DA CIPTA NO MUNICÍPIO

BENEFÍCIOS FISCAIS E INCENTIVOS A EMPRESAS INCLUSIVAS

PROCESSOS LEGISLATIVOS PARA CRIAR LEIS MUNICIPAIS DE INCLUSÃO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

INTEGRAÇÃO DE CONSELHEIROS DO LEGISLATIVO EM POLÍTICAS DE INCLUSÃO

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS

PARCERIAS COM UNIVERSIDADES PARA PESQUISA E INOVAÇÃO

INCLUSÃO DIGITAL: ACESSO À TECNOLOGIA

FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA INCLUSÃO EM COMUNIDADES

CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas.

INCLUSÃO EDUCACIONAL E SAÚDE

: INCLUSÃO EDUCACIONAL E SAÚDE

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: LEGISLAÇÃO E PRÁTICA

LEI Nº 12.764/2012 – DIREITOS DA PESSOA COM TEA

PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

CURRÍCULO ESCOLAR E ADAPTAÇÕES

EXEMPLOS DE MUNICÍPIOS COM PROGRAMAS DE SAÚDE INCLUSIVA

SAÚDE MENTAL E NEURODIVERGÊNCIA NA INFÂNCIA

POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E DETECÇÃO DE TRANSTORNOS

USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA SAÚDE

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla

NECESSÁRIAS

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

RESERVA DE VAGAS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS E MUNICIPAIS

APOIO PSICOPEDAGÓGICO E PSICOSSOCIAL

CID-10 E CID-11: CONCEITOS E APLICAÇÕES

DIAGNÓSTICO PRECOCE E IMPORTÂNCIA DO CID

INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR EM TEA

ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE: SUS E REDES DE ATENÇÃO

PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SAÚDE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DIREITO À REABILITAÇÃO E TERAPIAS ESPECIALIZADAS

INTEGRAÇÃO DA SAÚDE COM EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TELEMEDICINA E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ACESSIBILIDADE NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

PROGRAMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

DIREITOS DOS CUIDADORES E FAMILIARES

EXEMPLOS DE PROJETOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE INTEGRADOS

PLANEJAMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS PARA INCLUSÃO EDUCACIONAL

INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

MONITORAMENTO DA INCLUSÃO ESCOLAR

AValiação de programas e resultados

BOAS PRÁTICAS LEGISLATIVAS MUNICIPAIS EM EDUCAÇÃO

CASOS REAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DE INCLUSÃO ESCOLAR

experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR, CIDADANIA E POLÍTICAS FUTURAS

: LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR, CIDADANIA E POLÍTICAS FUTURAS

LEI Nº 7.853/1989 – PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LEI Nº 8.112/1990 – DIREITOS DOS SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA

LEI Nº 10.436/2002 – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

DECRETO Nº 5.626/2005 – LIBRAS E EDUCAÇÃO

LEI Nº 13.363/2016 – INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

DIREITO AO TRANSPORTE ACESSÍVEL

DIREITO AO LAZER E CULTURA INCLUSIVA

DIREITO À INFORMAÇÃO ACESSÍVEL

POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS

INDICADORES DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

BOAS PRÁTICAS E CASES DE SUCESSO

ESTRATÉGIAS PARA PROPOR NOVAS LEIS MUNICIPAIS

FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LBI E LEGISLAÇÃO RELACIONADA

PLANEJAMENTO URBANO INCLUSIVO

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

INCLUSÃO NO TRANSPORTE ESCOLAR

INCLUSÃO DIGITAL E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas.

ACESSIBILIDADE DIGITAL E GOVERNANÇA ELETRÔNICA

DIREITO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS LEGISLATIVOS INCLUSIVOS

EXEMPLOS DE LEIS MUNICIPAIS DE INCLUSÃO

CRIAÇÃO DE COMISSÕES DE INCLUSÃO NAS CÂMARAS MUNICIPAIS

PAPEL DOS VEREADORES NA FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO LEGISLATIVO

INFORMAÇÃO

EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA SERVIDORES E VEREADORES

CAPACITAÇÃO DE LEGISLADORES EM INCLUSÃO

EXEMPLOS DE MUNICÍPIOS PIONEIROS EM INCLUSÃO

INTEGRAÇÃO COM POLÍTICAS ESTADUAIS E FEDERAIS

PROMOÇÃO DE CONFERÊNCIAS E FÓRUMS MUNICIPAIS DE INCLUSÃO

PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PARA PRÓXIMOS 5 A 10 ANOS

como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INCLUSÃO:

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INCLUSÃO:

COMO OS VEREADORES PODEM ARTICULAR RECURSOS JUNTO A DEPUTADOS, SENADORES E PROGRAMAS FEDERAIS / ESTADUAIS E COMO ESSES RECURSOS PODEM SER UTILIZADOS E DIVULGADOS

FUNDOS, CONVÊNIOS E EMENDAS PARLAMENTARES: COMO CAPTAR RECURSOS PARA O MUNICÍPIO

CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, DE ACORDO COM O MARCO REGULATÓRIO ESTABELECIDO PELA LEI Nº 13.019/2014:

PRINCIPAIS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LEI Nº 13.019/2014

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DO INSTRUMENTO ADEQUADO;

EXEMPLOS PRÁTICOS DE APLICAÇÃO.

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PLANO DE TRABALHO

CHAMAMENTO PÚBLICO:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO;

EXIGÊNCIAS VEDADAS E EXIGÊNCIAS ADMITIDAS;

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

CRITÉRIO DE JULGAMENTO;

PROCEDIMENTOS;

CHAMAMENTO PÚBLICO DISPENSADO, DISPENSÁVEL OU INEXIGÍVEL – HIPÓTESES.

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas.

FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELA LEI Nº 13.019/2014

TIPOS DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PARCERIA:

TERMO DE COLABORAÇÃO;

TERMO DE FOMENTO;

ACORDO DE COOPERAÇÃO;

REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO E DE TERMO DE FOMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E A FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO E DE TERMO DE FOMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES À CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RECICLAGEM TÉCNICA SOBRE TEMAS DE PERTINENTES AO PODER PÚBLICO:

RECICLAGEM TÉCNICA SOBRE TEMAS DE PERTINENTES AO PODER PÚBLICO:

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA IMPORTÂNCIA NO DIA A DIA

PODERES ADMINISTRATIVOS – COMPREENSÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA:

PODER VINCULADO;

PODER DISCRICIONÁRIO;

PODER HIERÁRQUICO;

PODER DISCIPLINAR;

PODER REGULAMENTAR;

PODER DE POLÍCIA.

ATOS ADMINISTRATIVOS – COMPREENSÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA:

CONCEITO;

ELEMENTOS (REQUISITOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS): COMPETÊNCIA, FINALIDADE, FORMA, MOTIVO E OBJETO;

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LIBERDADE DE AÇÃO: ATOS VINCULADOS X ATOS DISCRICIONÁRIOS;

DISCRICIONARIEDADE X ARBITRARIEDADE;

NULIDADE E ANULAÇÃO – CONCEITO, CONVALIDAÇÃO, CASOS PRÁTICOS;

REVOGAÇÃO.

INVIOALBILIDADE PARLAMENTAR E VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

“13º SUBSÍDIO”, FÉRIAS E TERÇO DE FÉRIAS DE AGENTES POLÍTICOS

RECENTES APONTAMENTOS EM RELAÇÃO A LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

DEMAIS TÓPICOS RELEVANTES DE DIREITO

INSTRUTOR



THAIS KRAHN

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Outras opções de cursos:



Desenvolvido por devalisson.com